



Bloco de Esquerda

Grupo Parlamentar

Exmo/a Senhor/a Presidente

da Comissão Parlamentar de

Educação, Ciência, Juventude e Desporto

S. Bento, 8 de fevereiro de 2021

Assunto: Audição, com caráter de urgência, do Ministro da Educação, Tiago Brandão Rodrigues sobre o funcionamento da Escola no ano letivo de 2020/21

Em março de 2020, as medidas de contenção da pandemia da Covid-19 obrigaram a Escola a responder com um ensino de emergência. Toda a comunidade educativa se empenhou para que o ensino de emergência corresse da melhor forma. No entanto, como confirma o recente estudo da Nova School of Business and Economics, do Ambition Institute e do European Center for Advanced Research in Economics and Statistics intitulado “Crianças em Portugal e ensino a distância: um retrato”, o distanciamento das crianças em relação à escola agrava as desigualdades sociais e provou ser particularmente ineficaz para o primeiro e o segundo ciclo do ensino básico.

Estamos num momento grave da pandemia mas as consequências para as Escolas não eram inesperadas. O Governo deu garantias de que as Escolas iriam iniciar o ano letivo devidamente equipadas e com computadores para os alunos e as alunas usarem em caso de necessidade de ensino não-presencial ou misto. Também foi anunciada a contratação de mais trabalhadores não docentes.

Verificou-se, no entanto, que autorização para lançar concursos para a contratação dos trabalhadores não-docentes surgem a conta gotas. O confinamento prolonga-se e há alunas e alunos que continuam sem computadores para aceder às atividades letivas não-presenciais. Há docentes que, apesar de estar previsto o confinamento e o teletrabalho, se têm de deslocar à escola para conseguir dar as suas aulas. Ao mesmo

tempo, a tarifa social da internet prometida pelo Governo só está prevista para o final do presente ano letivo e os alunos e as alunas com menores rendimentos que frequentam escolas profissionais não têm garantias de acesso a computadores, mesmo sendo alunos financiados pelo Ministério da Educação.

Depois de uma interrupção de 15 dias, a escola retoma a atividade letiva num regime não-presencial ainda com uma grande imprevisibilidade provocada, não só pela pandemia, mas pela falta de preparação do Ministério da Educação. O confinamento prolonga-se e há alunas e alunos que continuam sem computadores para aceder às atividades letivas não-presenciais. Há docentes que, apesar de estar previsto o confinamento e o teletrabalho, se têm de deslocar à escola para conseguir dar as suas aulas. Ao mesmo tempo, a tarifa social da internet prometida pelo Governo só está prevista para o final do presente ano letivo e os alunos e as alunas com menores rendimentos que frequentam escolas profissionais não têm garantias de acesso a computadores, mesmo sendo alunos financiados pelo Ministério da Educação.

Quase um ano depois de declarada a pandemia da Covid-19, continuamos sem condições efetivas quer para o ensino presencial, quer para o ensino misto e não-presencial. As variações da situação pandémica fazem prever que o ano letivo vai continuar a ser atribulado. É preciso, portanto, que o Governo dê diretivas claras às Escolas sobre os objetivos pedagógicos a atingir neste ano letivo e as alterações curriculares necessárias, e faça todos os possíveis para equipar a Escola Pública com os meios humanos e materiais necessários à contenção do agravamento das desigualdades sociais no acesso à educação.

Por último, é preciso clareza sobre a realização de exames nacionais e o regime de acesso ao Ensino Superior que, neste contexto, também se arrisca a ser um factor de agravamento das desigualdades.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda requer, com carácter de urgência, a audição do Ministro da Educação.

As Deputadas do Bloco de Esquerda,

Joana Mortágua

Alexandra Vieira